

Desenvolvimento participativo de produtos turísticos em terras indígenas na Amazônia brasileira

Participative development of tourism products in indigenous lands located in the brazilian Amazon

Alessandra Helena Schneider, Fernanda Alvarenga

RESUMO

O artigo apresenta a metodologia criada e experimentada para o planejamento participativo de produtos turísticos em terras indígenas e os principais resultados de sua aplicação. O turismo foi identificado pelos indígenas como uma atividade econômica alternativa ao desmatamento durante o desenvolvimento dos Planos de Gestão Territorial na Terra Indígena Sete de Setembro (RO/MT) do Povo Paiter-Suruí e na Terra Indígena Nove de Janeiro (AM) do Povo Parintintin. Com o objetivo de propor princípios e procedimentos para visitação turística ordenada, o processo de planejamento participativo buscou garantir que, além de ser uma alternativa economicamente viável, o turismo seja também um instrumento de resgate e valorização cultural, que respeita a diversidade, mitos, cosmovisão e modo de vida atual indígena. A metodologia utilizada para o desenvolvimento dos produtos turísticos envolveu uma série de atividades como oficinas de turismo, intercâmbio, inventários, planejamento de roteiros, propostas de infraestrutura e estudos de mercado específicos para cada uma das etnias. Como resultado obteve-se propostas de operações turísticas viáveis e adequadas ao mercado, mas que também atendem às expectativas e possibilidades dos indígenas. Estas experiências também resultaram em uma metodologia de desenvolvimento de produtos turísticos estruturada na relação entre o saber científico e tradicional, portanto em uma dinâmica participativa, que poderá contribuir para a regulamentação da atividade turística em Terras Indígenas, adequando-se à Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Indígena; Planejamento Participativo; Sustentabilidade; Produto Turístico; Amazônia Brasileira.

ABSTRACT

The article presents the methodology created and experimented for participative planning applied in the development of tourism products in indigenous lands and the principal results obtained. During the development process of the Territorial Management Plans for the Sete de Setembro Indigenous Land, belonging to Paiter-Surí People (States of Roraima and Mato Grosso) and for the Nove de Janeiro Indigenous Land, belonging to Parintintin People (Amazonas State), tourism was identified by the indigenous peoples themselves as being a viable alternative economic activity to deforestation. With the aim of proposing standards and procedures for organized guided tours, this project sought to guarantee that, in addition to representing a viable economic alternative, tourism should also function as a means of valuing and reviving traditional indigenous culture, in a way that respects the diversity, mythology, worldview and the way of life of tribal peoples today. The methodology of development of tourism products involved a series of activities, such as tourism workshops, interchange, register, planning tourist routes, proposals related to infrastructure and market studies specifically designed for each ethnic group. The results of this work are proposes of viable tourism operations, those also fulfils the expectations and possibilities of the Indigenous peoples themselves. These experiences resulted in a methodology of developing tourism products based on a relationship between scientific and traditional knowledge, consequently using a participative approach, which may be useful when regulating tourism activities in Tribal Lands, in accordance with Brazil's National Policy for the Territorial and Environmental Management of Indigenous Lands.

KEYWORDS: Tourism in Indigenous Lands; Participative Planning; Sustainability; Tourism Goods; Brazilian Amazon.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar a metodologia criada e experimentada para o desenvolvimento participativo de Produtos Turísticos na Terra Indígena Sete de Setembro (TISS) e na Terra Indígena Nove de Janeiro (TINJ) e os principais resultados obtidos durante o processo.

A proposta de se implementar o turismo nas Terras Indígenas (TIs) como fonte de renda complementar e valorização cultural surgiu a partir das demandas das próprias comunidades indígenas e do potencial natural e cultural dos territórios, identificados em estudos realizados no Corredor Etnoambiental *Mondé-Kwahiba*. Essa proposta foi desenvolvida no âmbito do Projeto *Garah Itxa* - Corredores Etnoambientais na Amazônia Brasileira, que, em Tupi Monde, significa “Unidos com a Floresta”, nome escolhido por representar os ideais do projeto¹.

Este projeto envolveu várias organizações indígenas e não-indígenas, nacionais e internacionais, com o objetivo de desenvolver estratégias de gestão territorial e de conservação do Corredor Etnoambiental *Mondé-Kwahiba* e, assim, construir uma nova prática socioambiental na região. A partir destes estudos e dos inúmeros trabalhos realizados pelas comunidades durante os processos de planejamento territorial, as TISS e

TINJ foram selecionados como sítios âncora para o desenvolvimento de planos de negócios em turismo.

A TISS, pertencente ao Povo Paiter Suruí, possui quase 250 mil hectares, inseridos nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, na Amazônia Legal Brasileira, demarcada em 1976 e homologada em 1983. Atualmente, são cerca de 1.350 indígenas vivendo em 27 aldeias na TISS, estrategicamente localizadas nos limites do território a fim de garantir a proteção contra invasores. Nas aldeias são mantidos vivos os costumes, a língua e vários aspectos cosmológicos que os caracterizam como uma etnia única. Vivem basicamente da caça, pesca, coleta de castanhas, eventual venda de artesanato e agricultura de subsistência. Sua organização é patrilinear, ou seja, estruturada em clãs, que são a base da organização política e do sistema de parentesco e matrimônio (METAREILÁ, 2010).

A TINJ, pertencente ao Povo Parintintin, é uma área de 228.777 hectares localizada no município de Humaitá-AM, na margem direita do Rio Madeira. Esta etnia possui atualmente uma população de 216 pessoas que vivem em duas aldeias: Pupunha e Traíra. Eles vivem basicamente de agricultura de subsistência com um comércio voltado para produção de farinha e esporadicamente a coleta de castanhas. Além disso, praticam eventualmente a caça e a pesca (KANINDÉ, 2009).

Desde a homologação de seus territórios, as comunidades indígenas vêm buscando formas alternativas para garantir sua autonomia econômica, resgatar e valorizar sua cultura e contribuir para a conservação ambiental. Após importantes trabalhos de planejamento territorial realizados em parceria com diversas instituições, como, por exemplo, Etnozeamento, Diagnóstico Etnoambiental Participativo e Plano de Gestão para a Terra Indígena, as comunidades identificaram a atividade turística como uma potencial atividade econômica sustentável para seus territórios (CSF, 2012).

Cientes dos riscos e impactos desta nova atividade não-tradicional, as comunidades decidiram buscar o apoio de parceiros externos com experiência em planos de negócios sustentáveis e no desenvolvimento de produtos de turismo comunitário. Assim, com a responsabilidade de relacionar os Planos de Gestão Territorial Indígena com a criação de atividades econômicas sustentáveis, a Conservação Estratégica - CSF compôs uma equipe com especialistas da área de turismo, comunicação social, economia, administração, marketing e arquitetura para desenvolver os Planos de Negócios de Turismo. As atuações junto às comunidades indígenas foram acompanhadas pela equipe de indigenistas da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé.

No período 2009 a 2012, cada comunidade trabalhou em seus Planos de Negócios, que envolveram uma série de atividades voltadas para o desenvolvimento do turismo, como oficinas, intercâmbio, inventários, planejamento de roteiros, propostas de infraestrutura, estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira.

Seguindo os propósitos do Consórcio *Garah Itxa*, durante todo o processo, buscou-se fortalecer os povos indígenas e suas associações, como também suas atividades econômicas, para que eles se tornem

autônomos e participantes plenos de uma estratégia que incorpora diretamente as ações de povos indígenas na conservação da Amazônia.

A elaboração dos planos de negócio serviu como um laboratório para o desenvolvimento de uma metodologia e de processo de planejamento participativo dos produtos turísticos. Construídos de forma personalizada e inclusiva, valorizando a integração do conhecimento científico e tradicional indígena, os produtos turísticos propõem princípios e procedimentos para visitação ordenada nos territórios indígenas.

A seguir, apresentamos a metodologia para o desenvolvimento participativo de produtos turísticos em terras indígenas e os principais resultados obtidos durante o processo realizado na TISS e TINJ.

Turismo em Terras Indígenas (TI's)

A elaboração de Produtos Turísticos em Terras Indígenas requer a utilização de uma metodologia participativa, cuidadosa e sensível, que considere, prioritariamente, as necessidades, expectativas e potencialidades dos povos indígenas. Esta metodologia deve também atender a condições logísticas de operação, estar adequada às características sazonais e ao potencial do mercado para este tipo de produto, conforme os princípios do Turismo Sustentável, preconizados pela Organização Mundial do Turismo - OMT:

Turismo sustentável é o que relaciona as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro. Contempla a gestão dos recursos econômicos, sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida (OMT, 1999, p.5).

Além dos preceitos de sustentabilidade, para a inserção de um produto no mercado, é necessário que este esteja adequado a um segmento específico, facilitando sua identificação e comercialização, criando uma coerência entre os serviços que o compõe e são ofertados. Entre os diversos segmentos do turismo - identificados por estudiosos e aceitos no mercado, tanto nacional quanto internacional - o Ecoturismo é um dos segmentos que inspira os produtos propostos para ambas as Terras Indígenas em questão, sendo aqui entendido, conforme proposto pelo Ministério do Turismo, como:

(...) um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 2008a, p.16).

Apesar da abrangência do conceito proposto, alguns autores o consideram limitado para a complexidade da atividade turística em terras

indígenas, por deixar em segundo plano inúmeros aspectos peculiares ao patrimônio cultural. Chaves (2012), pondera que:

(...) a questão do turismo em terras indígenas extrapola o conceito de ecoturismo (...). O interesse turístico neste caso reside nos índios, em sua organização social, costumes, tradições e crenças, e não no ambiente natural no qual estes habitam, ocupam ou exploram, apesar do ecoturismo poder vir a ser possivelmente um segmento expressivo de turismo em terras indígenas (CHAVES, 2012, p.116 e 117).

Ao dar foco à questão do patrimônio cultural imaterial, o turismo indígena ganha nuances de Turismo Cultural, se alinhando com o conceito Turismo Étnico ou Etnoturismo. Faria (2005, p.73) classifica o etnoturismo como “*um tipo de turismo cultural que utiliza como atrativo a identidade, a cultura, de um determinado grupo étnico*”. Ainda, segundo a autora, o etnoturismo pode ser realizado tanto em terras indígenas (ambientes naturais) quanto em ambientes urbanos, pois a base está na identidade cultural e na gestão dos grupos dos indígenas envolvidos:

No turismo étnico, realizado sob a inspiração da cultura indígena, por grupos da sociedade envolvente, o povo indígena deverá ter participação no processo de gestão ou no recebimento de *royalties* (ao respectivo povo), pois se trata de um patrimônio cultural de propriedade coletiva que estará sendo usado. (FARIA, 2005, p.74).

Outros conceitos, como o Turismo de Base Comunitária “[...] *determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade*”. (WWF Brasil, 2003, p.23) foram considerados na elaboração do produto turístico que compôs o plano de negócios.

Durante a fase de finalização do planejamento dos produtos turísticos nas TISS e TINJ, em junho de 2012, foi aprovada a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – PNGATI, que instituiu oficialmente a possibilidade de desenvolver atividades de ecoturismo e etnoturismo em Terras Indígenas, corroborando para o sucesso dos projetos:

Apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades (Decreto Nº 7.747, de 5 de junho de 2012, Art. 4º, Eixo 5, item g).

A previsão em lei pressupõe que deverá haver um esforço de regulamentação da atividade, de forma que sejam estabelecidos os critérios e diretrizes para a sua concepção adequada para as terras indígenas.

Produtos Turísticos Indígenas

Ao elaborar produtos turísticos indígenas e apresenta-los ao mercado é preciso considerar a complexidade que os caracteriza. Por apresentar elementos relacionados tanto ao Turismo Sustentável, quanto ao Ecoturismo, Turismo Étnico e ao Turismo de Base Comunitária, além de atender às diretrizes políticas indigenistas, percebemos que o turismo indígena não se limita ao conceito de um segmento de mercado específico. No entanto, para que o produto turístico venha a ser efetivamente comercializado, ele precisa ser reconhecido e assimilado pela cadeia produtiva do turismo. Assim, no mercado turístico há empresas especializadas em comercializar produtos turísticos nacionais e internacionais com características similares aos ofertados na TISS e na TINJ. Estas empresas se auto identificam como operadoras de ecoturismo, sendo, portanto, as empresas adequadas para inserir o produto turístico indígena no mercado de forma competitiva.

Assim, a partir deste ponto de vista mercadológico e com base nas características de cada terra indígena, foram desenvolvidos os produtos turísticos indígenas. O conceito adotado para produto turístico foi o definido no Manual Indígena de Ecoturismo, sendo o conjunto de *“atrativo turístico, serviços turísticos e infraestrutura turística”* (BRASIL, 1997, p.19), uma definição acessível à compreensão dos indígenas e aceita no meio acadêmico e comercial do turismo.

Considerando que o produto é um dos elementos chave na composição de um plano de negócios, partimos do conceito, usualmente adotado em administração e marketing, de que produto é *“[...] qualquer coisa que pode ser oferecida a um mercado para atenção, aquisição, uso ou consumo, e que possa satisfazer a um desejo ou necessidade, mediante um determinado valor de troca”*. (KOTLER, 2000, p. 416). Ainda segundo Kotler (2000), originalmente, a designação de produto era reservada apenas aos bens físicos. Porém, com a evolução do marketing, os serviços também passaram a ser considerados produtos, mas com características que os diferenciam dos bens materiais.

Este é o caso dos produtos turísticos, compostos por uma variedade de produtos e serviços, na qual predomina a variável intangível, tornando-se difícil defini-los. Além de intangíveis, os produtos turísticos também são considerados *“[...] perecíveis e impossíveis de serem estocados ou transferidos, pelo fato de que o consumidor é quem deve se deslocar até o local para usufruir do produto turístico no período de tempo por ele reservado”* (TRIGO, 1995, p.34). Estas características foram consideradas ao se conduzir a elaboração dos produtos turísticos nas terras indígenas.

Metodologia para o Desenvolvimento de Produtos Turísticos Indígenas

Entre os Povos Paiter-Suruí e Parintintin, o turismo foi identificado como uma atividade econômica alternativa ao desmatamento durante os Diagnósticos Etnoambientais Participativos em suas respectivas Terras Indígenas. Os diagnósticos foram realizados pelos indígenas, em parceria com a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, a partir de 2005 (CSF, 2012). O turismo, e outras atividades econômicas inseridas nos planos de gestão territorial, tem por objetivo o desenvolvimento sustentável promovido pelo respeito às vocações, aspirações e valores étnicos, estímulo à proteção ambiental e uso responsável dos recursos naturais disponíveis no território indígena (KANINDÉ, 2011). Desta forma, os trabalhos que precederam os Planos de Negócio foram utilizados para posicionar e direcionar a proposta de turismo nas TISS e TINJ, de forma a dar continuidade e integração ao que havia sido desenvolvido ou está, todavia, em andamento pela comunidade (CSF, 2012).

No desenvolvimento da metodologia para a elaboração dos Produtos Turísticos nas TISS e TINJ, buscaram-se ferramentas que promovessem o planejamento participativo e a inclusão de gerações e gêneros, garantindo a apropriação do negócio pelos indígenas e a futura autonomia na sua gestão. Além dos estudos etnoambientais específicos de cada Terra Indígena, a metodologia foi baseada em experiências nacionais e internacionais de ecoturismo e turismo de base comunitária.

O instrumento base selecionado para o desenvolvimento da metodologia foi o Manual Indígena do Ecoturismo (BRASIL, 1997). Este manual é resultado de uma ação coletiva entre indígenas, antropólogos, técnicos indigenistas e especialistas em turismo e ecoturismo que busca atender à crescente necessidade de alternativas econômicas pelos indígenas e à demanda externa de pessoas interessadas em conhecer a cultura indígena. Desde a década de 1990, vinham sendo identificados problemas em várias comunidades indígenas do Brasil, devido à visitação turística desordenada. O manual surgiu como um instrumento de fácil compreensão, adequado para informar e orientar indígenas e não-indígenas sobre como planejar o ecoturismo com “[...] *bases sustentáveis, seus benefícios, sugerindo práticas de autogestão e procedimentos para prevenir ou atenuar os riscos de impactos negativos*” (BRASIL, 1997, p.3).

A partir desta ferramenta básica, foram agregadas outras estratégias metodológicas participativas, buscando aliar os conhecimentos técnicos e científicos aos saberes, necessidades e aspirações dos indígenas. A metodologia utilizada para o desenvolvimento participativo dos produtos turísticos – que promoveu a participação ampla de toda a comunidade interessada e das principais lideranças - pode ser dividida em duas fases principais: Fase 1: Levantamento de Dados e Diagnóstico e Fase 2 – Construção Participativa do Produto Turístico.

Fase 1: Levantamento de Dados e Diagnóstico

Na Fase 1, que ocorreu entre 2009 e 2011, foram identificadas as noções preliminares das comunidades sobre a atividade turística e suas expectativas quanto a implementação em seus territórios. A partir do

paradigma existente, buscaram-se formas de ampliar o conhecimento dos indígenas sobre turismo e estimular a participação da comunidade. Nesta etapa, foram realizadas a Oficina de Turismo I, o intercâmbio à Reserva Mamirauá e três inventários para cada terra indígena.

A Oficina de Turismo I teve dois objetivos principais: a) baseada numa descrição mais detalhada da atividade turística, foi realizada uma reavaliação da real intenção da comunidade em desenvolver esta atividade econômica e, b) uma vez compactuada a retomada da atividade, foram tomadas decisões preliminares sobre o turismo indígena. Através de dinâmicas em grupo, os indígenas foram convidados a refletir sobre quais seriam os atrativos potenciais para os visitantes e como este novo negócio poderia funcionar em relação às regras internas e externas, infraestrutura e distribuição do trabalho e da renda. Os resultados dessa primeira oficina orientaram as etapas seguintes e o planejamento dos inventários (CSF, 2010).

Para facilitar e dinamizar o entendimento dos indígenas sobre a atividade turística foi promovido um intercâmbio com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no Estado do Amazonas, onde se localiza a Pousada Uacari. Além de ser referência internacional no segmento de ecoturismo e turismo de base comunitária na Amazônia Brasileira, a Pousada Uacari oferta um produto turístico com estrutura organizacional semelhante ao que se poderia ser implementado na TISS e TINJ. O intercâmbio levou oito representantes Paiter-Suruí e Parintintin – selecionados por suas respectivas comunidades - para vivenciar as boas e melhores práticas do ecoturismo e também os desafios e dificuldades desta atividade. As experiências foram levadas às comunidades por seus representantes, com o apoio do documentário produzido durante o intercâmbio exibido nas oficinas seguintes.

Para a conclusão dessa fase, foram realizados os inventários dos atrativos naturais e culturais em cada terra indígena, sendo um no período da cheia e outro no período da seca dos rios. Segundo indicações e acompanhamento dos próprios indígenas, a equipe técnica analisou as reais possibilidades de operação do turismo nos diferentes períodos. Além dos inventários internos, foi feito também o inventário turístico das cidades do entorno que dão acesso aos territórios, como Porto Velho, Ji-Paraná e Cacoal em Rondônia e Humaitá, no Amazonas. Neste estudo foram analisadas as opções de acesso (rodovias e aeroportos), hospedagem, restaurantes, agências de turismo e transportes. Os dados das oficinas, dos inventários e, inclusive, dos estudos realizados desde os planos de gestão territorial resultaram em um diagnóstico base para o desenvolvimento dos produtos turísticos.

Fase 2: Construção Participativa dos Produtos Turísticos

A Fase 2, que ocorreu entre 2011 e 2012, teve como objetivo aliar as visões, sonhos e saberes dos indígenas às possibilidades logísticas, financeiras e mercadológicas, com base no diagnóstico elaborado na primeira fase. Com o maior envolvimento da comunidade, foram realizadas

três oficinas de turismo e os eventos para a entrega oficial dos Planos de Negócios.

Na Oficina de Turismo II, os técnicos validaram junto aos indígenas os resultados dos inventários e analisaram os potenciais benefícios, impactos e riscos que o turismo pode trazer para as comunidades. Foi utilizado, como ferramenta básica, o Manual Indígena de Ecoturismo e destacados os princípios do Turismo Sustentável. O resultado dessa oficina foi a definição da zona turística - os locais permitidos à visitação e para implantação da infraestrutura - e a discussão das normas tanto para os indígenas quanto para os futuros visitantes, em relação ao meio ambiente, saúde, segurança e cultura. Também foram dados esclarecimentos sobre as funções que podem ser exercidas pelos indígenas na atividade turística e identificados aqueles interessados em atuar futuramente (CSF, 2010).

Na Oficina de Turismo III foram analisadas e discutidas as propostas preliminares de produto e operação turística e também de estrutura para recepção e hospedagem. Nesta oportunidade foram identificadas as atividades que seriam de responsabilidade dos indígenas, e as atividades terceirizadas ou compartilhadas, conforme os esclarecimentos sobre a cadeia produtiva do turismo, às necessidades do mercado e todos os pontos positivos e negativos acerca da efetivação de parcerias para operação e comercialização.

Na Oficina de Turismo IV os técnicos validaram com os indígenas as adequações sugeridas nos projetos de infraestrutura e os produtos turísticos desenvolvidos para cada público-alvo. Nesta ocasião foram dados esclarecimentos sobre os estudos de mercado e financeiros do negócio, como também apresentada a análise de viabilidade preliminar. Foram apresentados os dados comparativos de preço e operação entre os produtos turísticos concorrentes nacionais e internacionais, o que demonstrou competitividade dos produtos indígenas. Além dos dados mercadológicos, foram apresentados os valores relacionados aos investimentos, custos e despesas operacionais e administrativas do negócio. Adicionalmente, foram analisados e validados pelos indígenas os valores justos para cada função a ser exercida no turismo. Com as estimativas de resultado financeiro pôde-se analisar conjuntamente quais as prioridades e princípios para a aplicação dos recursos a serem gerados. Nesta oficina foram concluídos os debates sobre as regras do turismo. A partir de todos os aprendizados adquiridos durante o processo participativo, cada etnia determinou suas próprias normas para indígenas e para os turistas, que serão utilizadas posteriormente para orientar a implementação e compor o material de divulgação do turismo. Na TISS todas as oficinas tiveram tradução simultânea do Português para o *Tupi Mondé* por Gasodá Suruí, indígena graduado em turismo em 2011, o que garantiu a máxima compreensão e participação de todos sobre os assuntos discutidos.

Os trabalhos foram concluídos ao fim da segunda fase com a aprovação dos planos de negócios pelas lideranças e comunidade. Os resultados dos três anos de trabalho participativo, orientados pela Conservação Estratégica – CSF, foram celebrados em cerimônias tradicionais e em evento com empresários do ramo, realizados em julho de 2012. Na TINJ, o Povo Parintintin celebrou a apresentação do Plano de

Turismo com o Ritual *Yrerua* – a Festa do Guerreiro. Os convidados, parceiros, imprensa, representantes de instituições nacionais e internacionais foram recebidos com danças, pinturas corporais e alimentos tradicionais. O evento com os empresários do ramo turístico e autoridades locais ocorreu no auditório do Sebrae RO, em Porto Velho, e serviu para a apresentação dos Planos Negócios de Ecoturismo e para dar início às parcerias para a implementação e operação dos negócios indígenas. Os eventos culminaram com celebração do Ritual *Mapimaí*, na TISS, do Povo Paiter-Suruí, em Rondônia. A festa, que celebra a criação do mundo, durou três dias. Durante este período, os quatro clãs do Povo Paiter se preparam com cocares, colares, e pinturas corporais feitas a partir do jenipapo e instrumentos indígenas, como arco e flecha. Depois da apresentação formal do Plano de Negócios e do vídeo, os inúmeros convidados se confraternizaram com indígenas, dançando e provando a bebida típica da festa, a chicha.

As festas, além da celebração, tiveram a intenção de divulgar os planos e chamar a atenção da imprensa, de instituições parceiras e potenciais financiadores para a fase de implementação dos projetos de Ecoturismo.

Resultados

A partir dos resultados obtidos durante todo o processo participativo realizado junto aos indígenas, acrescidos do conhecimento técnico e da experiência de mercado dos especialistas que compuseram a equipe técnica, foram formatados os produtos turísticos apresentados em forma de “pacotes turísticos”. Entendido como um conjunto de serviços organizados e vendidos de maneira inseparável, a um preço determinado, incluindo transporte, alimentação, hospedagem e as principais atividades de um programa (BRASIL, 2008b) o formato de pacotes turísticos foi escolhido por facilitar a organização das atividades e serviços pelos próprios indígenas e garantir melhor comunicação com intermediários e clientes finais, trazendo mais segurança para todos os envolvidos na cadeia produtiva do turismo.

Os pacotes também foram necessários para definir questões essenciais ao estudo de viabilidade e plano de marketing. Ao organizar os serviços e designar os responsáveis pela sua execução, foi possível determinar as necessidades de estruturas, equipamentos, qualificação e os custos da prestação dos serviços. Por outro lado, o pacote também facilita a comercialização, pois é apresentado em um formato padrão, que traz as informações essenciais às operadoras e agências, no qual se destacam os serviços incluídos e não incluídos. São oferecidas informações sobre o nível de dificuldade das atividades, recomendações sobre o que trazer, como se comportar, se tornando um elemento pré-contratual entre fornecedores (indígenas) e clientes (agências, operadoras e turistas).

Os produtos foram elaborados de forma a atender às variadas demandas de experiências na Amazônia e possibilitar a integração com outros roteiros para ecoturistas de origem nacional ou estrangeira, conforme previsto na Análise de Mercado. Operadoras especializadas em ecoturismo

serão selecionadas para comercialização junto ao público-alvo. Todas as transações serão realizadas mediante contrato entre as partes envolvidas.

As visitas ocorrerão em grupos de 01 a 12 pessoas, mediante agendamento prévio e de acordo com o calendário anual proposto pelos indígenas, com o objetivo de conciliar o turismo com as atividades tradicionais indígenas, tornando-o fonte complementar, e não substituta de renda. O valor de venda do produto variará de acordo com o tempo de permanência e número de componentes do grupo, sendo utilizado como referência para os estudos de viabilidade um grupo médio de 8 pessoas. Todos os pacotes turísticos incluem serviços de transporte, hospedagem, alimentação e atividades dentro da terra indígena, de acordo com o programa adquirido pelo grupo.

Os projetos de arquitetura contemplam estruturas de hospedagem, alimentação e de apoio às atividades nos locais definidos de acordo com o zoneamento turístico de cada TI. A construção priorizará técnicas tradicionais de cada uma das etnias, mas com elementos que vão proporcionar conforto, segurança, higiene e privacidade para os diversos públicos.

A gestão das atividades ocorrerá conforme determinado pelas comunidades, atendendo às regras criadas especialmente para o turismo.

Produtos Turísticos Paiter-Suruí

De acordo com o zoneamento turístico proposto pela comunidade Paiter-Suruí, as estruturas turísticas da TISS ficarão localizadas nos arredores das diversas aldeias, conforme visualizado na Figura 1. Todos os serviços ofertados dentro da TISS são de responsabilidade dos indígenas, coordenados pela Metareilá – Associação Metareilá do Povo Indígena Paiter Suruí, que fará gestão dos recursos e coordenará a contratação da equipe indígena, a compra dos produtos e a realização das atividades e serviços turísticos. Os pacotes de visitação à TISS terão duração de 1, 3, 5 ou 8 dias, de acordo com o perfil e disponibilidade do grupo. Os serviços externos, considerados complementares, como o transporte a partir do local de residência do turista até Cacoal ou Ji-paraná e os serviços de hospedagem e alimentação durante os traslados serão prestados inicialmente por empresas parceiras, com experiência nestas atividades.

Produtos Turísticos Parintintin

Na TINJ, a zona turística proposta pela comunidade Parintintin, ficará localizada distante das aldeias, para que os visitantes não tenham contato com o cotidiano da comunidade, conforme apresentado na Figura 2. Todos os serviços ofertados dentro da TINJ serão de responsabilidade da equipe de turismo indígena, incluindo o fornecimento de parte dos alimentos que serão servidos aos turistas. Os pacotes de visitação à TINJ terão duração de 3, 5 ou 8 dias, de acordo com o perfil e disponibilidade do visitante. Os serviços considerados complementares, como o transporte a partir do local de residência do turista até Humaitá (AM) e os serviços de hospedagem e

alimentação durante os traslados serão prestados inicialmente por empresas locais parceiras, com experiência nestas atividades.

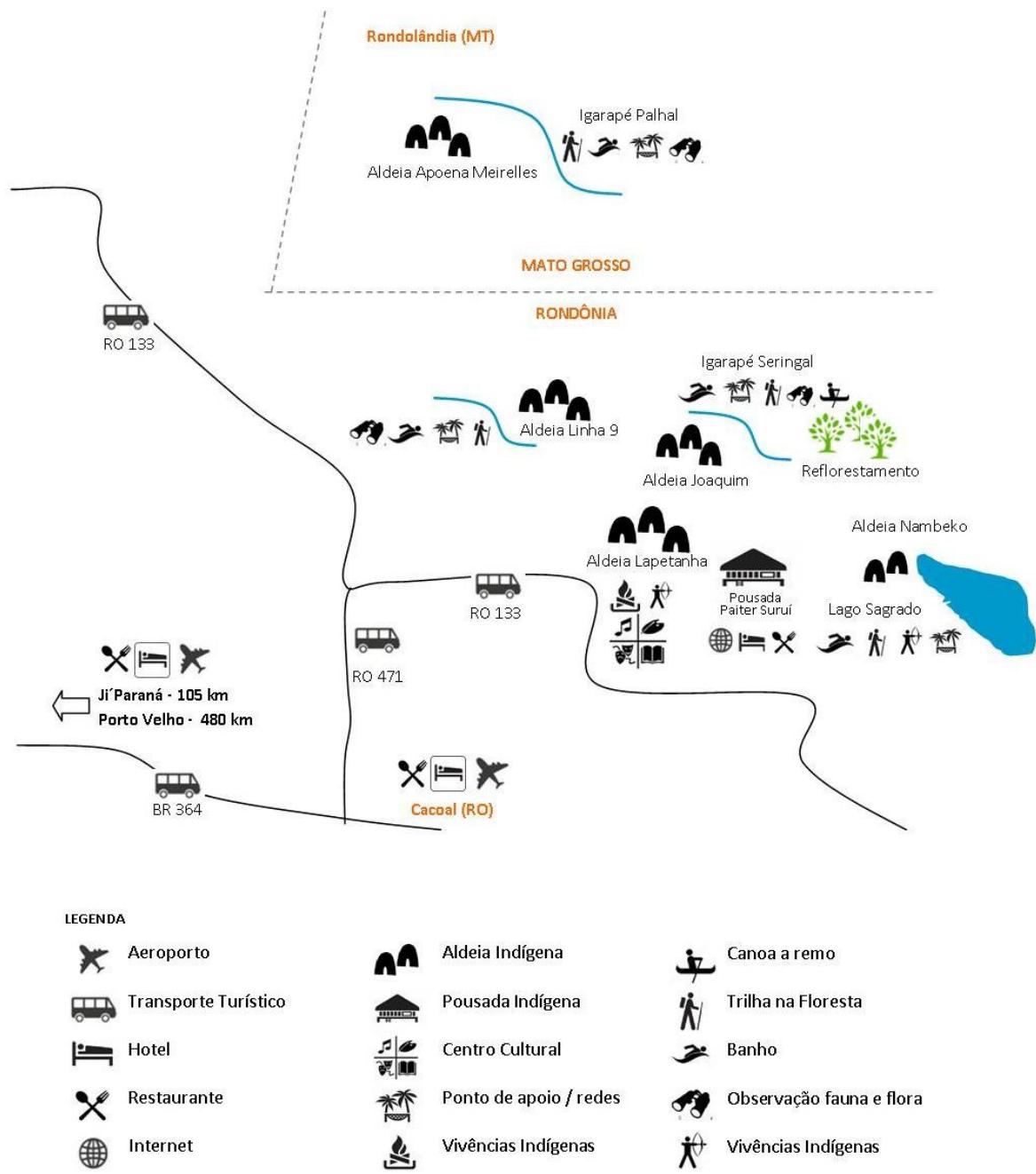


Figura 1: Representação gráfica da operação turística Paiter-Suruí.
Figure 1: Graphic representation of Paiter-Suruí tourist operation.

Fonte: Autoras. **Sources:** Authors.



Fonte: Schneider, 2012

Figura 2: Representação gráfica da operação turística Parintintin.
Figure 2: Graphic representation of Parintintin tourist operation.

Fonte: Autoras. **Sources:** Authors.

Benefícios Sociais e Econômicos do Turismo em TI's

Com base nas propostas de produto turístico, infraestrutura e análise de mercado foram identificados os recursos financeiros necessários à implementação do turismo em ambas as terras indígenas. Esses recursos foram classificados em investimentos, custos e despesas, projetados em fluxos de caixa de 10 anos para subsidiar a análise de viabilidade financeira.

A análise das projeções de caixa demonstrou que o negócio não apresenta viabilidade financeira numa abordagem puramente privada. Contudo, se forem consideradas doações para a realização dos investimentos, o turismo, conforme proposto, pode ser considerado uma

fonte potencial de renda complementar para os indígenas envolvidos diretamente no negócio, proveniente dos pagamentos de diárias, salários e compra dos alimentos produzidos nas TIs, e de recursos que podem ser aplicados em ações para a melhoria da qualidade de vida nas TIs e/ou em novos projetos de geração de renda.

Além disso, o negócio possui capacidade de gerar benefícios indiretos, isto é, tem o potencial de gerar externalidades² positivas. O ecoturismo produzirá efeitos adicionais tanto dentro da terra indígena (efeitos positivos das capacitações, do aumento da autoestima dos povos, da visibilidade do território, etc.) quanto fora (manutenção de serviços ecossistêmicos como biodiversidade, estoques de carbono, etc.). Adicionalmente, o caráter pioneiro da iniciativa poderá gerar outros benefícios com a produção de conhecimentos e experiência em negócios sustentáveis em áreas protegidas.

Metodologia Participativa Replicável

A experiência de co-criação de uma metodologia de planejamento de produtos turísticos junto a comunidades indígenas - a partir de suas próprias iniciativas em buscar soluções alternativas sustentáveis para seu etnodesenvolvimento - é, certamente, um dos mais importantes resultados do Projeto de Turismo Indígena nas TISS e TINJ. Estruturada na relação entre o saber científico e tradicional, esta metodologia participativa apresenta potencial para ser replicada em outras terras indígenas, o que pode vir a contribuir para a regulamentação da atividade turística em Terras Indígenas, conforme preconizado na PNGATI.

A flexibilidade para personalizar as atividades previstas no plano de trabalho às necessidades e peculiaridades de cada etnia, tornou o processo de formatação dos produtos turísticos um experimento autêntico e enriquecedor para os envolvidos. Além de um resultado técnico satisfatório, com produtos turísticos competitivos no mercado nacional e internacional, adaptados à cultura e condição indígena, o processo proporcionou outros ganhos menos tangíveis, mas, nem por isso, menos importantes. Os ricos momentos de intercâmbio de saberes e integração cultural fomentaram exercícios que incentivaram o resgate e fortalecimento da autoestima e da identidade cultural dos indígenas, perceptível a cada nova oficina e culminante nas festividades de entrega dos Planos de Negócios.

Tão significativos quanto a integração intercultural, os laços entre gerações e gêneros no interior das próprias comunidades foram fortalecidos, deixando evidente a importância do papel de todos – jovens, adultos, idosos, homens ou mulheres - na criação desta nova realidade. A ampliação dos paradigmas quanto à atividade turística, com suas novas oportunidades de trabalho e renda dentro da própria terra e cultura indígena, reconhecidos juntamente com seus potenciais riscos e impactos, demonstraram a visão coletiva de negócio/empreendimento comunitário, assim como a importância do resgate da identidade étnica para se diferenciar no mercado e conquistar novos parceiros e financiadores e para fortalecer os projetos de conservação ambiental.

Considerações finais

Os projetos de turismo para as Terras Indígenas agregam uma diversidade de potenciais resultados positivos que ultrapassam as fronteiras do território. Ajudam a criar e consolidar um novo segmento para o mercado nacional e internacional de turismo sustentável; melhoram a qualidade de vida para populações indígenas que buscam maneiras apropriadas de equilibrar a preservação dos seus recursos naturais e da sua cultura ancestral com a necessidade de integração com a cultura “não-indígena”; reduzem a pressão sobre ecossistemas ameaçados; proporcionam visibilidade nacional e internacional para as questões indígena e ambiental; além de oferecerem oportunidades ímpares para que a sociedade brasileira e internacional possa conhecer e vivenciar o imenso patrimônio natural e diversidade cultural da Amazônia.

Obviamente o desafio de viabilizar e operacionalizar esta iniciativa é imenso. Desde a necessidade de agregar apoios financeiros e institucionais, até encontrar o equilíbrio entre os benefícios e custos ambientais e sociais do empreendimento, fica claro que trabalhar o turismo em terras indígenas não é algo simples e corriqueiro. Entretanto, a experiência e avanços já obtidos no processo de planejamento e as possibilidades de disseminar o aprendizado para outros territórios indígenas garantem a confiança necessária para investir esforços na implementação do projeto. Confiança que se amplia nas diretrizes da nova Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena.

Nesse contexto, a iniciativa pioneira do desenvolvimento participativo dos planos de negócio de turismo indígena do projeto *Garah Itxa* – Corredores Etnoambientais para as etnias Paiter-Suruí e Parintintin, do qual trata este estudo, compõe uma experiência bem estruturada e se torna um instrumento para favorecer a sua regulamentação política e garantir a eficiência e eficácia na implementação do turismo em terras indígenas.

Referências bibliográficas

- BRASIL - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. INSTITUTO ECOBRASIL. **Manual Indígena de Ecoturismo**. Projeto GTC Amazônia, Grupo de Coordenação de Ecoturismo para Amazônia Legal. Brasília, 1997.
- BRASIL - MINISTÉRIO DO TURISMO – **Ecoturismo: Orientações Básicas**. Brasília, 2008[a]. 64p.
- BRASIL – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - **Lei Geral do Turismo n.º 11.771/08, de 17 de setembro de 2008**. Brasília, 2008[b]. 22p.
- BRASIL – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CASA CIVIL. **Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – PNGATI (Decreto Nº 7.747, de 5 de junho de 2012, Art. 4º, Eixo 5, item g.** Brasília, 2012.

CHAVES, R.P.R. O Turismo Étnico em Comunidades Indígenas no Brasil: a Reserva Pataxó da Jaqueira e o Parque Indígena do Xingu. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Tenerife, n.8, p.115-129, 2012.

CSF – CONSERVAÇÃO ESTRATÉGICA – **Relatórios das Oficinas de Planejamento Turístico das Terras Indígenas Sete de Setembro e Nove de Janeiro**. Documentos Internos. Lagoa Santa, 2010.

CSF – CONSERVAÇÃO ESTRATÉGICA – **Plano de Negócios de Turismo**: Terra Indígena Sete de Setembro do Povo Paiter-Suruí e Terra Indígena Nove de Janeiro do Povo Parintintin. Lagoa Santa, 2012.

FARIA, I.F. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Tenerife, v.3, n.1, p.63-67, 2005.

KANINDÉ – Associação de Defesa Etnoambiental. **Ethno-Environmental Management Plan for the Sete de Setembro Indigenous Reserve**. Brasília: ACT BRASIL ED., 2009.

KANINDÉ – **Etnozoneamento Paiteray Garah**: Terra Indígena Sete de Setembro. Porto Velho, RO. 2011.

KANINDÉ **Plano de Gestão Ambiental da Terra Indígena Nove de Janeiro**. Documentos Internos. Porto Velho, 2009.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**: a edição do novo milênio. 10^a Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

METAREILÁ - Associação do Povo Indígena Surui. **Plano de ação participativo para o desenvolvimento de uma economia racional e de manejo sustentável dos recursos naturais da terra indígena Sete de Setembro**. Documento interno ao Projeto REDD+Surui. Cacoal, RO. 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Código Mundial de Ética do Turismo**. Santiago do Chile: OMT, 1999.

TRIGO, L.G.G. **Turismo Básico**. São Paulo: Ed. Senac, 1995.

WWF Brasil. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Org. Sylvia Mitraud) Brasília: WWF Brasil, 2003.

Notas:

¹ O Projeto Garah Itxá – Corredores Etnoambientais na Amazônia Brasileira foi realizado pelas organizações Conservação Estratégica - CSF; Associação Metareilá; Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé; Equipe de Conservação da Amazônia - ECAM; Instituto Internacional de Educação no Brasil – IEB; Coordenação das Associações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; e financiado pela Agência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID) e Fundação Gordon & Betty Moore. Os planos de negócio de turismo foram propostos e desenvolvidos pela CSF e Kanindé em conjunto às associações indígenas, sendo as autoras deste artigo integrantes da equipe de desenvolvimento.

² Ocorre externalidade quando a produção ou consumo de um bem ou serviço afeta o bem estar de agentes econômicos que não estão diretamente relacionados a esse Mercado. As externalidades podem ser positivas ou negativas.

Alessandra Helena Schneider: Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.

E-mail: alessandra.schneider@ueg.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5690675264561011>

Fernanda Alvarenga: CSF - Conservação Estratégica, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: fernanda@conservacaoestrategica.org.br

Data de submissão: 25 de novembro de 2012

Data de recebimento de correções: 18 de fevereiro de 2015

Data do aceite: 18 de fevereiro de 2015

Avaliado anonimamente